

# Cemig quer implantar Odontológico sem discussão com trabalhadores

Foto: Benedito Maia

*Direção da empresa quer implantar mais uma proposta de grande interesse dos trabalhadores sem discutir com a categoria. A mobilização será fundamental para garantir um bom Plano Odontológico*

Depois dos atropelos na condução do anuênio, a direção da Cemig comete os mesmos erros ao tentar, junto com a direção da Forluz, impor o Plano Odontológico. A empresa anuncia a implantação do Plano para 1º de setembro, cumprindo o prazo estabelecido na negociação do ano passado, mas sem contemplar muitas sugestões dos participantes e sem negociação com o Sindieletro e AEA.

O Sindieletro enviou ofício à direção da empresa e da Forluz cobrando o cumprimento do Acordo Específico do PSI, assinado em 2002. O Acordo prevê a criação do Plano Odontológico vinculado ao Prosaúde e seguindo o mesmo regulamento que determina, em seu Artigo 12, que o PSI é “administrado de acordo com as diretrizes fixadas pelo Comitê Administrativo”.

Nas últimas semanas a direção da Forluz anunciou o Plano e propôs a sua votação no Comitê do PSI. A direção do Sindieletro reconhece a importância da implantação do Plano, após anos de reivindicação dos trabalhadores, mas identifica problemas graves no formato proposto e no seu custeio.

Apesar do valor da mensalidade estimado entre R\$5,00 e R\$20,00 por grupo familiar, a opção de custear o Plano com a redução do teto do Plano de

Garantias Especiais (PGE) a partir de janeiro de 2007, penalizaria quem usa o teto para comprar medicamentos. Muitos eletricitários têm dificuldade de pagar o PSI e com a redução de R\$295,00 no teto seriam ainda mais prejudicados.

Pela proposta serão cobertos tratamento básico como canal, limpeza e obturação e próteses simples. O participante terá que pagar implantes e ortodontia que não serão cobertos. Outro problema é a obrigatoriedade de participação no Plano que teria adesão compulsória.

Na avaliação do diretor do Sindieletro e membro do Comitê do PSI, Arcângelo Eustáquio Queiroz, há grande risco do trabalhador se decepcionar com o Plano ao não encontrar a “ampla cobertura” anunciada pela Forluz.

O coordenador-geral do Sindieletro Wilian Vagner, alertou a direção da Cemig e a Superintendência de RH sobre as



Diretores do Sindieletro, da AEA e representantes dos participantes na Forluz em reunião na semana passada para discutir o Plano Odontológico

irregularidades no processo e o atropelo das discussões. “O Acordo que criou o PSI fala da implantação do Plano, mas não permite que seja feito de forma arbitrária. É preciso evitar os problemas que ocorreram no processo do anuênio, exatamente pela falta de discussão”, ressalta.

Wilian ressalta que é impossível o trabalhador aderir a um Plano sem conhecê-lo e discutir o seu custo.

A diretora de Relações com os Participantes da Forluz, Cláudia Ricaldoni, lembra que nas discussões para o Acordo do PSI foi aprovada a criação de uma comissão técnica que definiria o escopo do plano. “O que não fosse consenso deveria ser negociado com as entidades

que representam os trabalhadores. Agora a Cemig atropela a discussão e tira o poder das entidades, remetendo a definição sobre questões importantes para o grupo técnico exclusivo da Forluz”.

O representante dos participantes e conselheiro da Forluz, Plínio Arantes, destaca a necessidade de reabrir a discussão do Plano e ressalta que desta vez a direção da Fundação terá dificuldade em impor a sua proposta.

“O Conselho Deliberativo da Forluz determina apenas questões previdenciárias e não tem competência administrativa para o odontológico. Por outro lado, o Comitê do PSI só aprovará a medida com voto das entidades sindicais”, destaca.

## Participação descartada

O processo de licitação que escolheu a Odontoprev como operadora do Plano foi a última etapa executada com participação efetiva dos representantes do Sindieletro e da Associação dos Eletricitários Aposentados (AEA). O conselheiro da AEA, João Isidro, que acompanhou o processo, disse estar perplexo com a condução do debate.

“Depois que visitamos as empresas e sugerimos a que melhor atenderia os requisitos, fomos descartados do processo. Entendo que as entidades deveriam acompanhar toda a definição e a implantação do Plano, que é uma questão importante e com repercussões futuras que poderiam prejudicar o trabalhador”, avalia.

No último dia 6, a direção do Sindieletro se reuniu com representantes da AEA, do Conselho Deliberativo da Forluz e da Diretoria de Relação com os Participantes (DRP) para avaliar a condução da implantação do Plano Odontológico.

O grupo aprovou a cobrança de maior transparência nos debates e a realização de reuniões setoriais e assembléias para discutir a proposta com os participantes, antes da votação no Comitê do PSI. A apresentação do Plano para as entidades já foi cobrada pela direção do Sindieletro, mas até o fechamento dessa edição, a reunião ainda não havia sido marcada pela Forluz.

# Trabalhadores da usina de Aimorés aprovam primeiro Acordo Coletivo

Foto: José Renato Barbosa

A usina de Aimorés, do consórcio Cemig/Vale do Rio Doce, começou a gerar energia em janeiro deste ano e já no final de junho os trabalhadores negociaram, através do Sindieleto, o seu primeiro Acordo Coletivo de Trabalho.

Na avaliação do coordenador da Regional Leste, José Renato Barbosa, e do operador da usina, Wadson Batista de Souza, os trabalhadores garantiram avanços importantes graças à

organização e mobilização durante a campanha salarial.

As principais conquistas foram a garantia da data-base em 1º de maio, piso salarial de R\$450,00, reposição das perdas salariais em 3,34% (INPC do período 05/2005 a 04/2006), aumento de 25,71% do tíquete-alimentação, vale-peru de R\$200,00 a ser pago em 10 de dezembro e PR.

A forma de distribuição da Participação nos Resultados

será apresentada em novembro. Para o coordenador da Regional Leste, mais do que garantir as conquistas econômicas o ACT representa um avanço porque prevê um estudo do Plano de Cargos e Remuneração e também a mudança do plano de saúde individual para coletivo.

Nele o trabalhador não pagará mensalidade e nem co-participação. Apenas seus dependentes legais irão pagar 50%, com valores de desembolso limitados a R\$17,50 para consultas e R\$95,00 para exames. Além disso, está sendo aguardada uma proposta da Forluz para viabilizar a filiação do trabalhador e seus dependentes. Contudo, a incorporação à Forluz dependerá da análise da empresa.

## Vitória

Para José Renato, os trabalhadores deram um grande exemplo de organização e união. “Eles próprios procuraram o Sindieleto com suas rei-



Trabalhadores de Aimorés participam de reunião setorial

vindicações e pedidos de filiação, demonstrando que sabem da força do sindicato. São muito bem-vindos e estão de parabéns pela mobilização”, ressalta.

Ele diz também que, para o sindicato, mais importante que novas filiações é cumprir o seu papel de organizar os trabalhadores. “Agora é continuar mobilizados, porque temos ainda muito que conquistar pela frente”, complementa.

O operador Wadson Batista de Souza concorda que os trabalhadores da usina ainda têm muito o que conquistar. “É o primeiro Acordo Coletivo, com um resultado positivo. Agora temos novos desafios e um deles é a discussão de saúde e segurança, principalmente no âmbito da CIPA”, destacou. A usina de Aimorés tem 49 trabalhadores e mais da metade deles é filiada ao Sindieleto.

## FALA TRABALHADOR

Fotos: Benedito Maia



Tudo que conseguimos é fruto de mobilizações e a nossa luta pela transparência nas regras



Entendo que foi principalmente a negociação entre Sindieleto e Cemig, com o

do anuênio mostrou nossa união e força. Temos, aliás, que nos mobilizar sempre, independente dessa questão do anuênio. A Cemig é uma das melhores empresas de Minas e do país, graças ao nosso esforço, portanto, merecemos também ter retorno, não só financeiro, mas conquistando direitos que levem o moral de todos. Apesar das mudanças no mundo do trabalho, a Cemig ainda é uma empresa boa para se trabalhar, mas não vai nos dar nada de graça. Temos ainda pela frente muitas mobilizações e se demonstrarmos na Campanha Salarial, por exemplo, a força que demonstramos com a luta do anuênio vamos conquistar muito mais.

**Carlos Antônio Paranhos,**  
técnico de manutenção  
eletro-eletrônico, Q.14,  
(Cid.Industrial)

respaldo da categoria, que garantiu a solução do problema do anuênio. Isto nos deixou muito tranquilos e todos nós saímos ganhando. No meu caso, por exemplo, se prevalecessem as mudanças nas regras, eu repensaria a venda do meu anuênio e ainda bem que poderia tomar esta decisão com tranquilidade, tendo em vista que guardei o dinheiro recebido e só assumi o compromisso de gastá-lo após a definição da situação. Mas sei que vários trabalhadores assumiram compromissos financeiros por conta da venda do anuênio, chegando até a emitir cheques pré-datados. Neste caso, creio que a frustração seria grande caso a questão não fosse solucionada.

**Paulo Roberto Lisboa,**  
técnico industrial, DC/CM  
(Betim)

## Terceirizados

### Mobilização continua até a conquista da Convenção Coletiva

Com a posição radical de não negociar um acordo para a Convenção Coletiva dos trabalhadores terceirizados da Cemig, o Sindimig apresentou a sua defesa ao dissídio coletivo instaurado pelo Sindieleto.

Mais uma vez o sindicato patronal tentou desqualificar o Sindieleto perante o Tribunal Regional do Trabalho ao alegar ilegitimidade para representar os trabalhadores terceirizados, além de pedir que a Justiça negue todos os itens da pauta de reivindicações e declare o fim do processo

de Dissídio Coletivo.

O Sindieleto já apresentou a contestação da defesa do Sindimig. Agora, segundo a assessora jurídica do Sindieleto, Rosângela Carvalho, será definida uma turma de juízes para o julgamento do Dissídio, que ainda não tem data marcada para acontecer. Para Wilian Vagner, coordenador-geral do Sindieleto, o sindicato patronal tenta acabar com o processo de negociação ao utilizar uma interpretação para lei dizendo que o dissídio coletivo tem que ser instaurado em comum acordo.

“O Sindimig quer se man-

ter senhor da situação, ou seja, continuar fingindo que negocia com os sindicatos que não representam os trabalhadores terceirizados e sequer fazem assembleias para saber quais as reais reivindicações da categoria”, criticou.

Segundo Wilian, toda tentativa do sindicato patronal é no sentido de deixar o Sindieleto de fora da negociação. “Mas os trabalhadores não podem aceitar e precisam se mobilizar ainda mais para garantir o direito de ter uma representação sindical que realmente defenda seus interesses”, ressaltou.

# Usina de Irapé é inaugurada sem resolver problemas nos assentamentos

Com um ano de atraso, foi inaugurada no dia 8 de junho a Usina de Irapé, obra da Cemig e do governo do estado que foi anunciada como a “salvação econômica” do Norte de Minas. Com capacidade para atender 1 milhão de pessoas, a obra foi concluída, mas as 1.100 famílias que tiveram que abandonar suas casas estão abrigadas em localidades que não têm, sequer, água tratada.

É o que afirma a Organização Não Governamental Campo Vale, que acompanhou a construção da Usina e a implantação dos assentamentos e constatou que os principais problemas enfrentados pelas famílias atingidas são o precário fornecimento de água e o custo elevado da energia.

Em função da necessidade de bombeamento de água, a conta de luz fica tão cara que a maioria dos moradores ficam

inadimplentes e acabam tendo a energia cortada. A escassez de recursos hídricos também prejudica o plantio que deveria garantir a sobrevivência das famílias.

Outra dificuldade é que as crianças dos assentamentos não estão freqüentando a escola por causa das más condições das estradas. Na cidade de Botumirim, por exemplo, onde o ônibus escolar não chega, os alunos têm que andar cerca de 10 quilômetros para assistir aula. Segundo Conceição Aparecida Luciano, membro da ONG Campo Vale, a Cemig fechou todos os escritórios na região, ou seja, a população não tem como reivindicar seus direitos.



Foto: Divulgação Cemig

Irapé: falta de compromisso social com as comunidades locais é o ponto crítico

“A empresa tem que perceber que a obra ainda não terminou porque há várias pendências nos assentamentos. O diálogo tem que ser reaberto, pois a

Cemig é responsável por todos esses problemas”, afirma. Para Alex Fabiano Pereira Amorim, coordenador da Regional Norte do Sindieleto, “a Usina foi

construída num ritmo acelerado, e isso não permitiu que a Cemig cumprisse seu compromisso social com as comunidades locais, pois a política de assentamentos não foi realizada da maneira como deveria ser”.

O deputado estadual Padre João (PT-MG) realizou audiência pública, no mês passado, para debater o assunto. Para ele, o reassentamento gerou também perdas culturais nas comunidades atingidas. “Famílias foram dispersas e toda uma tradição ribeirinha se desfez. Ao contrário do que diz a propaganda do governo, a Usina não foi a redenção do Norte de Minas. Muita gente se ilude com a grandiosidade da construção, mas nem todo mundo percebe o desastre que isso provocou para a população local”, critica.

## Batida com menos de 90 mil Km será cobrada do trabalhador

Em mais uma decisão unilateral, Cemig aumenta os quilômetros rodados necessários para isentar o trabalhador do pagamento do prejuízo

Até 21 de março deste ano, como incentivo ao comportamento defensivo no trânsito, o trabalhador que dirigia veículos da Cemig e acumulava 30 mil quilômetros rodados sem acidentes, não era obrigado a ressarcir a empresa pelos danos causados por acidentes em que fosse responsabilizado.

Mas agora a isenção do ressarcimento só vale para quem acumular 90 mil quilômetros, uma alteração feita pela Cemig sem aviso para a categoria. A mudança no limite de quilometragem, feita pela DGE na Instrução de Serviço nº 08 (IS-08) e válida a partir de 21 de março, gerou reclamações de trabalhadores ao Sindieleto, que já cobrou a revisão da medida e aguarda resposta da Superintendência do RH.

A principal crítica dos trabalha-



Foto: Benedito Maia

Trabalhador terá de rodar 90 mil quilômetros

dores e do Sindieleto é que a alteração foi feita sem qualquer discussão com a categoria e retirou um direito conquistado na Campanha Salarial de 1990. Também é importante ressaltar que a maioria dos seus veículos da Cemig não tem seguro contra acidentes.

Um trabalhador do Anel Rodoviário disse que a decisão o deixou desmo-

tivado. “Vamos ter mais dificuldades de atingir a quilometragem estabelecida, além de mais prejuízo no bolso. A empresa fez a mudança sem levar em consideração as responsabilidades, os riscos e o estresse que sofremos ao trabalhar na nossa função e também como motorista”, acrescentou.

Para outro trabalhador, o prejuízo será de todos que dirigem veículos da empresa, inclusive dos gerentes. “A mudança foi mais uma forma encontrada pela direção da Cemig de nos punir, responsabilizando os trabalhadores pelos acidentes de trânsito”, afirma.

### Falta de diálogo

Para o coordenador da Regional Metalúrgica, Leonardo Timóteo, os gestores da empresa há anos estão substituindo o diálogo com os trabalhadores por resoluções unilaterais.

“Na prática, a empresa exige o sin-

dicato das decisões e ignora que a categoria elegeu seus representantes para garantir o diálogo e a defesa de seus direitos. Os empregados merecem mais respeito da direção da empresa, principalmente em relação a um direito homologado em Acordo. Mais uma vez a empresa surpreende os trabalhadores mudando as regras estabelecidas de forma autoritária”, criticou.

O secretário de Saúde e Segurança do sindicato, Jairo Nogueira Filho, disse que a mudança na Instrução de Serviço é mais “um pacote de maldades” da diretoria da Cemig.

Ele ressaltou que devido à centralização e ao fechamento de agências, os eletricitários têm passado mais tempo ao volante do que realizando tarefas ligadas à sua atividade. “Essa mudança é mais um ato que cria insatisfação e risco de acidentes. A categoria não vai aceitar esta postura”, afirmou.

# Bolsa Família se transforma no maior programa de transferência de renda do mundo

*Inclusão de 11 milhões e 100 mil famílias no Programa é comemorada pelo presidente Lula e pelo ministro Patrus Ananias, que compara o Bolsa Família a “uma segunda CLT na história das conquistas do povo trabalhador”, por retirar a segurança social do campo do assistencialismo e do clientelismo, transformando-a em direito assegurado em lei*

Foto: Benedito Maia

“Seria tão fácil governar uma cidade, um país se a gente tivesse que cuidar só dos pobres... Os pobres não dão trabalho, por isso que por muito tempo eles ficaram esquecidos”. A afirmação é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, acompanhado do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, comemorou a inclusão de 11 milhões e 100 mil famílias no Programa Bolsa Família, antecipando a meta estabelecida para 2006 de atendimento de 40 milhões de pessoas.

A cerimônia, realizada em Contagem, também deu ao Bolsa Família o título de maior programa de transferência de renda do mundo, o que foi destacado pelo presidente em seu discurso. “O programa só ganhou fôlego em 2004 e em pouco mais de dois anos conseguimos a proeza de incluir 11 milhões de famílias. Mas ainda tem muita gente no Brasil que acha que ‘gastar

dinheiro com pobre’ não adianta. E ainda utiliza a palavra ‘gasto’. Quando a gente empresta R\$3 bilhões para uma empresa – e as vezes é importante emprestar – as pessoas tratam como investimento. Mas se o governo repassa R\$10 para o pobre é ‘gasto’. Para eles tudo que vai para os pobres é ‘gasto’, mas para mim é investimento em ser humano, em gente”, afirmou Lula.

Em referência indireta à reclamação constante por mais subsídios para o agronegócio, o presidente ironizou dizendo que “o pobre muitas vezes quer apenas um pão enquanto o rico, cada vez que encosta, quer um milhão”. Lula ressaltou que o “investimento nos mais pobres” tem o tempo certo de ser feito, afirmando que se não houver coragem que fazê-lo na hora certa de forma a permitir as crianças comerem e estudarem, vai ser necessário “gastar dinheiro para contratar policial e construir cela”.



Presidente Lula discursa na cidade de Contagem em cerimônia do Programa Bolsa Família

## Conquista dos trabalhadores

Já o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, comparou o Bolsa Família à CLT (Convenção Coletiva de Trabalho) em termos de garantia social para os trabalhadores brasilei-

ros. “Temos hoje uma rede de proteção social que se constitui uma segunda CLT na história das conquistas do povo pobre e trabalhador. A questão dos pobres sai do campo do assistencialismo, do clientelismo, das cestas-básicas, dos períodos eleitorais. Sai do campo do ‘quem indica’, dos ‘pobres de cada um’, e se torna uma política pública e de Estado. Torna-se um direito assegurado em lei e formalizado em procedimentos publicamente acertados, inclusive, com a participação e fiscalização da sociedade”, afirmou Patrus Ananias.

O principal avanço relatado pelo ministro em seu discurso é a articulação do Bolsa Família com outros programas de assistência social, o que maximiza recursos e cria sinergias que possibilitam ações integradas. Na opinião de Patrus, uma conquista quantitativa e também qualitativa. “No momento estamos integrando o Bolsa Família ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PET), repassando renda para as famí-

lias e recursos para que as prefeituras, em parceria com o Ministério, desenvolva a jornada ampliada, que é o início da Escola em Tempo Integral”, destacou Patrus.

Outra parceria está sendo implantada com o Programa Sentinela, voltado para a prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. O Bolsa Família também está sendo integrado aos Centros de Referência da Assistência Social, conhecidos como Casas das Famílias.

“Essa é a grande conquista. O Bolsa Família agora se articula com outras políticas para promover cada vez mais o direito a vida e a justiça social. Queremos vinculá-lo cada vez mais à políticas que possibilitem o trabalho e possam tornar as famílias auto-suficientes para caminhar com suas próprias pernas. Enquanto não temos isso, sabemos que a fome não pode esperar, e o combate à fome não é uma questão de assistencialismo, é um direito humano à alimentação”, afirmou o ministro.

## Bolsa Família em números

Em 2003, quando foi criado, o programa atendia 3,6 milhões de famílias em 5.461 municípios. Em 2004 esse número passou para 6,5 milhões, chegando a 8,7 milhões de famílias em 2005. Há um ano foi iniciado um trabalho de atualização cadastral dos beneficiários do Bolsa Família e dos programas remanescentes (Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação).

Como resultado dessa atualização, cerca de 51 mil

famílias que recebiam o Bolsa Família tiveram os benefícios bloqueados. Outras 562 mil tiveram os benefícios cancelados em função da duplicidade de cadastro e mudanças na situação sócio-econômica.

O controle do Programa é feito em parceria com as prefeituras, com fiscalização e teste de consistência e validação dos cadastros. O sistema de acompanhamento escolar, realizado em parceria com o Ministério da Educação, já recebe informações de 90% das escolas públicas brasileiras e

mostra que cerca de 97% de um total de 10 milhões de crianças entre 6 e 15 anos cumpriram em 2005 a exigência de assistir pelos menos 85% das aulas.

Para auxiliar no controle o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome conta com a Rede Pública de Fiscalização, integrada pelos Ministérios Públicos Estaduais e Federal, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, além de instâncias como Conselhos Tutelares.